



Concurso Público

003. PROVA OBJETIVA

Inspetor de Polícia Civil de 1ª Classe

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **04**.

Ficção universitária

Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem elementos para que tentemos desfazer o mito, que consta da Constituição, de que pesquisa e ensino são indissociáveis.

É claro que universidades que fazem pesquisa tendem a reunir a nata dos especialistas, produzir mais inovação e atrair os alunos mais qualificados, tornando-se assim instituições que se destacam também no ensino. O Ranking Universitário mostra essa correlação de forma cristalina: das 20 universidades mais bem avaliadas em termos de ensino, 15 lideram no quesito pesquisa (e as demais estão relativamente bem posicionadas). Das 20 que saem à frente em inovação, 15 encabeçam também a pesquisa.

Dáí não decorre que só quem pesquisa, atividade estupidamente cara, seja capaz de ensinar. O gasto médio anual por aluno numa das três universidades estaduais paulistas, aí embutidas todas as despesas que contribuem direta e indiretamente para a boa pesquisa, incluindo inativos e aportes de Fapesp, CNPq e Capes, é de R\$ 46 mil (dados de 2008). Ora, um aluno do ProUni custa ao governo algo em torno de R\$ 1.000 por ano em renúncias fiscais.

Não é preciso ser um gênio da aritmética para perceber que o país não dispõe de recursos para colocar os quase sete milhões de universitários em instituições com o padrão de investimento das estaduais paulistas.

E o Brasil precisa aumentar rapidamente sua população universitária. Nossa taxa bruta de escolarização no nível superior beira os 30%, contra 59% do Chile e 63% do Uruguai. Isso para não mencionar países desenvolvidos como EUA (89%) e Finlândia (92%).

Em vez de insistir na ficção constitucional de que todas as universidades do país precisam dedicar-se à pesquisa, faria mais sentido aceitar o mundo como ele é e distinguir entre instituições de elite voltadas para a produção de conhecimento e as que se destinam a difundi-lo. O Brasil tem necessidade de ambas.

(Hélio Schwartzman. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>, 10.09.2013. Adaptado)

01. Segundo a opinião do autor do texto,

- (A) no Brasil, instituições voltadas para a produção de conhecimento devem ser distinguidas das destinadas a difundi-lo, e ambas são necessárias.
- (B) os novos rumos do ensino demonstram a necessidade de se desfazer o mito de que pesquisa e ensino podem ser separados um do outro.
- (C) apesar do alto custo, apenas as universidades em que os alunos são também pesquisadores formam profissionais qualificados para ensinar.
- (D) as universidades que fazem pesquisa perderam a capacidade de produzir inovação, e deixaram de atrair os alunos mais qualificados.
- (E) o Brasil precisa deixar de investir na formação de pesquisadores, pois os custos para manter a excelência dos cursos são muito elevados.

02. Assinale a alternativa em que a expressão destacada é empregada em sentido figurado.

- (A) Não é preciso ser um gênio da aritmética para perceber que o país não **dispõe** de recursos...
- (B) ... universidades que fazem pesquisa tendem a reunir **a nata** dos especialistas...
- (C) **Os dados** do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013...
- (D) ... das 20 universidades mais bem **avaliadas** em termos de ensino...
- (E) ... todas **as despesas** que contribuem direta e indiretamente para a boa pesquisa...

03. Considere o seguinte trecho do texto.

Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem **elementos** para que tentemos desfazer **o mito**...

Assinale a alternativa em que os pronomes que substituem as expressões em destaque estão corretamente empregados, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**lhes** para que tentemos desfazer-**lhe**...
- (B) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**lhes** para que tentemos desfazê-**lo**...
- (C) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**nos** para que tentemos desfazê-**lo**...
- (D) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**os** para que tentemos desfazer-**no**...
- (E) Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem-**nos** para que tentemos desfazer-**lhe**...

04. Leia os seguintes trechos do primeiro e do último parágrafos do texto.

- Os dados do Ranking Universitário publicados em setembro de 2013 trazem elementos para que tentemos desfazer o **mito**, que consta da Constituição, de que pesquisa e ensino são indissociáveis.
- Em vez de insistir na **ficção** constitucional de que todas as universidades do país precisam dedicar-se à pesquisa, faria mais sentido aceitar o mundo como ele é...

Os termos **mito** e **ficção**, em destaque nos trechos, foram utilizados pelo autor para enfatizar sua opinião, conforme argumentos apresentados no texto, de que o princípio constitucional que determina que todas as universidades brasileiras devem se dedicar à pesquisa

- (A) não reflete a realidade das necessidades do Brasil.
- (B) não desconsidera a realidade das necessidades do Brasil.
- (C) é razoável, no tocante à realidade das necessidades do Brasil.
- (D) atende plenamente a realidade das necessidades do Brasil.
- (E) é pertinente, tendo em vista a realidade das necessidades do Brasil.

05. Leia o texto.

Mesmo estando apta _____ desenvolver atividades na área de ensino, a maioria dos profissionais que conclui o ensino superior sente-se impelida _____ buscar outras áreas _____ que possa trabalhar, geralmente atraída _____ salários mais expressivos e melhores condições de trabalho.

Considerando-se as regras de regência, verbal e nominal, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) a ... com ... por ... com
- (B) a ... de ... de ... por
- (C) em ... por ... a ... de
- (D) por ... a ... em ... com
- (E) a ... a ... em ... por

06. Leia o texto para responder à questão.

Os amigos haviam nos alertado: “A gravidez dura nove meses mais um século” – só esqueceram de nos avisar que esse século demorava tanto. A espera é angustiante, mas compreensível: produzir um ser humano inteirinho, do zero, com braços, pernas, neurônios, vesícula, cílios, um coração e, muito em breve, infinitas opiniões sobre o mundo, é um troço tão complexo que não seria despropositado se toda a existência do universo fosse consumida na formação de um único bebê.

(Antonio Prata. *Sobe o pano*. Disponível em: folha.uol.com.br. 07.07.2013. Adaptado)

Ao se substituir o termo em destaque na frase – A espera é angustiante, **mas** compreensível... –, sua reescrita estará correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, e conservando o sentido inalterado, em:

- (A) A espera é angustiante, **por conseguinte** compreensível...
- (B) A espera é angustiante, **logo** compreensível...
- (C) A espera é angustiante, **por isso** compreensível...
- (D) A espera é angustiante, **entretanto** compreensível...
- (E) A espera é angustiante, **desde que** compreensível...

07. Assinale a alternativa correta quanto ao uso da vírgula, considerando-se a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Os amigos, apesar de terem esquecido, de nos avisar que demoraria tanto, informaram-nos de que a gravidez era algo demorado.
- (B) Os amigos apesar de terem esquecido de nos avisar que, demoraria tanto, informaram-nos, de que a gravidez era algo demorado.
- (C) Os amigos, apesar de, terem esquecido de nos avisar que demoraria tanto, informaram-nos de que a gravidez, era algo demorado.
- (D) Os amigos, apesar de terem esquecido de nos avisar, que demoraria tanto, informaram-nos de que a gravidez, era algo demorado.
- (E) Os amigos, apesar de terem esquecido de nos avisar que demoraria tanto, informaram-nos de que a gravidez era algo demorado.

Leia a tira para responder às questões de números 08 a 10.

Calvin e Haroldo



Bill Watterson

(<http://blogdoxandro.blogspot.com.br>. Acesso em 20.05.2014. Adaptado)

08. Considerando-se o sentido do termo **egocêntricas**, em destaque no primeiro quadrinho, é correto concluir, a partir da leitura da tira, que a indignação demonstrada pelo garoto

- (A) justifica-se, já que, ao defender que as pessoas deveriam pensar mais nele, dá um exemplo de postura que se opõe à das pessoas egocêntricas.
- (B) não se justifica, pois é equivocado qualificar as pessoas como egocêntricas apenas pelo fato de elas pensarem essencialmente em si próprias.
- (C) não se justifica, pois ele erra generalizando as pessoas como egocêntricas, enquanto ele próprio, ao pretender que pensem mais nele, adota uma postura diferente.
- (D) não se justifica, pois, ao defender que as pessoas deveriam ser mais centradas nele, ele adota precisamente a postura egocêntrica que critica.
- (E) justifica-se, pois de fato ele acerta ao caracterizar como egocêntricas as pessoas que se esquecem de si próprias para pensar essencialmente nos outros.

09. Considere as frases do texto.

- As pessoas são **tão** egocêntricas.
- O mundo seria **bem** melhor se elas parassem de pensar nelas mesmas...

É correto afirmar que os advérbios destacados nas frases expressam circunstância de

- (A) modo.
- (B) intensidade.
- (C) negação.
- (D) dúvida.
- (E) afirmação.

10. No trecho – O mundo seria bem melhor se elas **parassem** de pensar nelas mesmas ... –, a forma verbal destacada indica um fato incerto, em que há apenas a possibilidade de que se realize, como ocorre com a expressão verbal destacada em:

- (A) É claro que universidades que **fazem** pesquisa tendem a reunir a nata dos especialistas...
- (B) O Ranking Universitário **mostra** essa correlação de forma cristalina...
- (C) Daí não decorre que só quem pesquisa, atividade estupidamente cara, **seja** capaz de ensinar.
- (D) Não é preciso ser um gênio da aritmética para **perceber** que o país não dispõe de recursos...
- (E) ... **tornando-se** assim instituições que se destacam também no ensino.

11. Assinale a alternativa que descreve a função da Área de Transferência do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.

- (A) Ser um local de armazenamento temporário de informações copiadas, que o usuário pode usar em algum outro lugar.
- (B) Permitir criar uma lista de tarefas, anotar um número de telefone ou outras atividades de anotação.
- (C) Abrir um terminal que permite ao usuário escrever e executar comandos do computador.
- (D) Fornecer informações detalhadas em tempo real sobre os recursos do computador.
- (E) Fornecer ferramentas para configurar as opções de Rede do Windows e outros aplicativos.

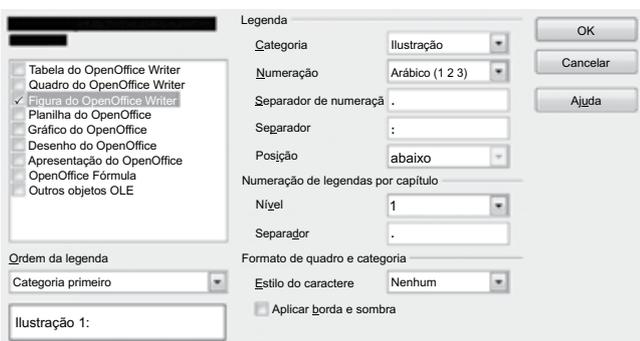
12. Observe os ícones a seguir, extraídos da Área de Trabalho do MS-Windows 7. Os ícones foram marcados de 1 a 5.



Assinale a alternativa que contém o número do ícone do Painel de Controle, que fornece um conjunto de ferramentas que podem ser usadas para configurar o Windows.

- (A) 4.
- (B) 1.
- (C) 5.
- (D) 2.
- (E) 3.

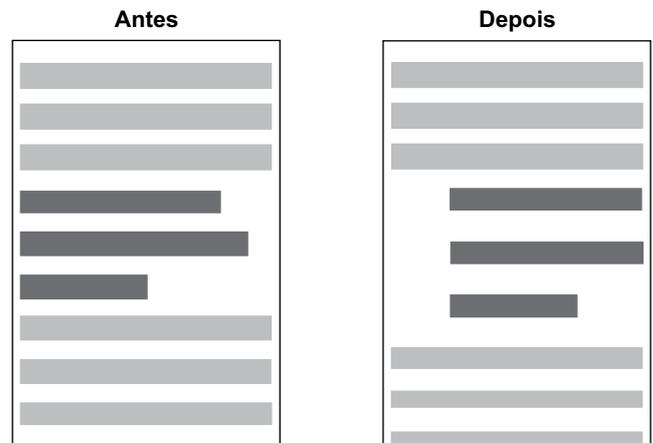
13. A figura a seguir foi extraída do Apache OpenOffice Writer 4.0.1 em sua configuração padrão. Ela apresenta as opções do botão Autolegenda..., da caixa de diálogo que pode ser acessada a partir do item Legenda... do menu de contexto de uma figura.



Assinale a alternativa que contém o texto mascarado na figura, que descreve o objetivo da caixa de diálogo apresentada.

- (A) Editar legendas automaticamente ao inserir:
- (B) Adicionar legendas automaticamente ao inserir:
- (C) Ordenar os seguintes objetos por sua legenda:
- (D) Insertir um novo objeto:
- (E) Criar uma nova legenda para o objeto:

14. Observe as figuras a seguir, extraídas da aba Recuos e Espaçamentos da caixa de diálogo Parágrafo, que pode ser acessada a partir do menu Formatar do Apache OpenOffice Writer 4.0.1, em sua configuração padrão. As figuras apresentam dois momentos (antes e depois) do recurso gráfico que permite visualizar as configurações aplicadas na aba.



Assinale a alternativa que contém os nomes das opções de configuração aplicadas entre os dois momentos da figura.

- (A) Espaçamento de linhas de 1,5 linhas e Recuo Depois do texto de 5,00 cm.
- (B) Recuo Primeira linha de 5,00 cm e Espaçamento de linhas de 1,5 linhas.
- (C) Recuo Antes do texto de 5,00 cm e Recuo Primeira linha de 5,00 cm.
- (D) Espaçamento de linhas de 1,5 linhas e Recuo Antes do texto de 5,00 cm.
- (E) Recuo Depois do texto de 5,00 cm e Recuo Primeira linha de 5,00 cm.

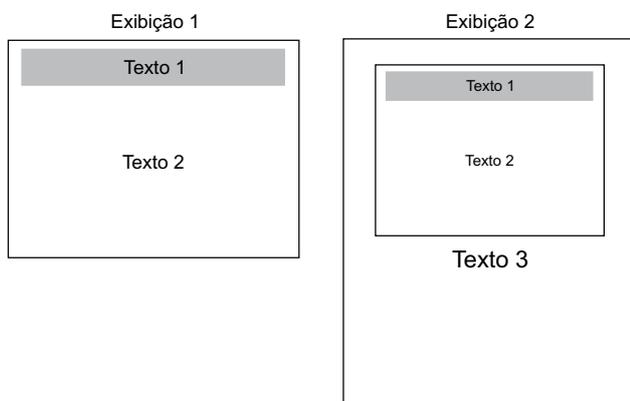
15. Considere a tabela e a caixa de diálogo apresentadas a seguir, extraídas do Apache OpenOffice Calc 4.0.1 em sua configuração padrão.

	A			
1				
2				
3				
4				
5				
6				

Assinale a alternativa que contém o nome que aparecerá na célula A6, após os critérios de classificação da caixa de diálogo Classificar serem aplicados na tabela apresentada, compreendida no intervalo de células A1:D6.

- (A) Pedro.
- (B) Joana.
- (C) Daniel.
- (D) Augusto.
- (E) Clara.

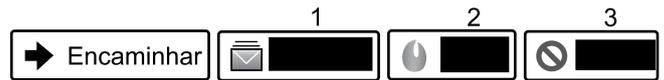
16. Observe as figuras a seguir, que apresentam o mesmo slide em duas exibições distintas da área de trabalho do Apache OpenOffice Impress 4.0.1, em sua configuração padrão.



Considerando que a Exibição 1 do slide é a Normal, assinale a alternativa que contém o nome da Exibição 2.

- (A) Notas.
- (B) Folheto.
- (C) Rascunhos.
- (D) Classificador de slides.
- (E) Estrutura de tópicos.

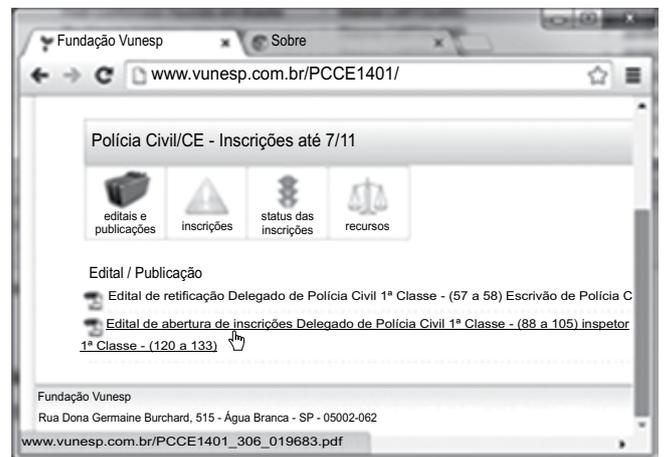
17. A imagem a seguir foi extraída do Thunderbird 24.4.0 em sua configuração padrão. Ela apresenta os botões de ação do formulário de edição de uma mensagem. Parte dos nomes dos botões foi mascarada e marcada de 1 a 3.



Assinale a alternativa que contém o nome correto dos botões, na ordem de 1 a 3.

- (A) Arquivar, Excluir e Spam.
- (B) Spam, Excluir e Lixeira.
- (C) Arquivar, Spam e Excluir.
- (D) Lixeira, Spam e Excluir.
- (E) Rascunho, Spam e Lixeira.

18. A imagem a seguir, extraída do Google Chrome 37.0, em sua configuração padrão, apresenta o site da Fundação Vunesp com o cursor do mouse posicionado sobre um link, sem clicar.



Assinale a alternativa que descreve o que acontecerá quando o usuário clicar no referido link. Considere que o usuário tem permissão e todos os aplicativos necessários para executar a ação.

- (A) A página será salva na barra de favoritos.
- (B) Um arquivo será aberto ou baixado pelo navegador.
- (C) Um formulário para inclusão de dados pessoais será aberto em uma nova guia.
- (D) A página inicial da Vunesp será aberta em nova guia.
- (E) A mesma página será aberta em uma nova janela.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

19. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 5º, inc. LVIII, que “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”. Acerca dessa norma, é correto afirmar que
- (A) tem aplicação mediata e eficácia plena.
 - (B) tem aplicação mediata e eficácia limitada.
 - (C) tem aplicação imediata e eficácia limitada.
 - (D) tem aplicação imediata e eficácia plena.
 - (E) tem aplicação imediata e eficácia contida.
20. A Constituição Federal assegura que
- (A) não haverá pena de interdição de direitos.
 - (B) não será concedida extradição de estrangeiro por crime comum.
 - (C) a lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.
 - (D) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado.
 - (E) a lei considerará os crimes hediondos inafiançáveis e imprescritíveis.
21. Quanto aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que
- (A) o sigilo das comunicações telefônicas pode ser violado, por ordem policial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal.
 - (B) a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados, imediatamente, ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
 - (C) a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.
 - (D) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, salvo o preso em flagrante delito.
 - (E) o preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, assegurando-se a estes a proteção necessária.
22. Assinale a opção correta a respeito dos partidos políticos.
- (A) Possuem direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, independentemente de terem ou não representação no Congresso Nacional.
 - (B) Adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
 - (C) Podem impetrar mandado de segurança coletivo, independentemente de terem ou não representação no Congresso Nacional.
 - (D) Devem observar a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
 - (E) Adquirem personalidade jurídica após o registro na forma da lei civil, bem como perante o tribunal regional eleitoral competente.
23. Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico é de competência
- (A) dos Estados e do Distrito Federal, devendo os Municípios atuarem para fins de suplementação da atuação daqueles entes.
 - (B) exclusiva da União.
 - (C) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) da União, devendo os Estados, Distrito Federal e Municípios atuarem para fins de suplementação da atuação da União.
 - (E) exclusiva dos Estados e do Distrito Federal.
24. A autarquia federal Alfa realizou processo seletivo para a contratação por tempo determinado de doze profissionais. Nos termos da Constituição Federal, a autarquia
- (A) não pode agir dessa forma, uma vez que não observou o limite máximo de três profissionais permitido para a contratação por tempo determinado.
 - (B) pode agir dessa forma, uma vez que as autarquias não se obrigam aos princípios da administração pública.
 - (C) pode agir dessa forma, desde que a contratação por tempo determinado não exceda a trinta dias.
 - (D) pode agir dessa forma, desde que a contratação tenha ocorrido para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nas hipóteses estabelecidas em lei.
 - (E) pode proceder à contratação por tempo determinado livremente, uma vez que está inserida no âmbito da administração pública indireta.

25. Admitida a acusação contra o Presidente da República, _____ da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o _____, nas infrações penais comuns, ou perante o _____, nos crimes de responsabilidade. A alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas é:
- (A) por três quintos ... Senado Federal ... Supremo Tribunal Federal
 - (B) por dois terços ... Supremo Tribunal Federal ... Senado Federal
 - (C) pela maioria absoluta ... Supremo Tribunal Federal ... Superior Tribunal de Justiça
 - (D) por dois terços ... Supremo Tribunal Federal ... Conselho Nacional de Justiça
 - (E) pela maioria absoluta ... Conselho Nacional de Justiça ... Supremo Tribunal Federal
26. Sobre a emenda à Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada somente poderá constituir objeto de nova apresentação, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de dois terços dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
 - (B) pode ser proposta por iniciativa de qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (C) pode ser proposta por iniciativa do Procurador-Geral da República.
 - (D) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
 - (E) a vigência de intervenção federal não impede que a Constituição seja emendada.
27. Dentre as funções institucionais do Ministério Público, assinale a alternativa correta.
- (A) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma estabelecida em lei complementar.
 - (B) Processar e julgar *habeas corpus*.
 - (C) Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário.
 - (D) Representar a União, judicial e extrajudicialmente.
 - (E) Apreciar arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal.
28. Às polícias civis, dirigidas _____, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de _____ e a apuração de _____. A alternativa que preenche, correta e respectivamente, na ordem, as lacunas é:
- (A) por policiais civis ... polícia ostensiva ... infrações penais, exceto as militares
 - (B) por delegados de polícia de carreira ... polícia judiciária ... infrações penais, exceto as militares
 - (C) por delegados de polícia ... polícia judiciária ... infrações penais, inclusive as militares
 - (D) pelos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios ... polícia ostensiva ... infrações penais, inclusive as militares
 - (E) pelos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios ... polícia judiciária ... infrações civis e penais, exceto as militares
29. Quanto à seguridade social, a Constituição Federal estabelece que
- (A) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.
 - (B) a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma independente e autônoma pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social.
 - (C) a lei definirá os critérios de transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.
 - (D) de acordo com o princípio da anterioridade do exercício financeiro, as contribuições sociais estabelecidas na Constituição Federal só poderão ser exigidas após decorrido um ano da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.
 - (E) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não pode ser proibida de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

30. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Nos termos do artigo 227 da Constituição Federal, esse dever é assegurado

- (A) mediante a proibição para admissão ao trabalho do menor de dezoito anos.
- (B) com prioridade relativa, uma vez que outros grupos vulneráveis, como idosos e deficientes físicos, têm prioridade sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.
- (C) com absoluta prioridade.
- (D) com a máxima efetividade possível, assegurada a discricionariedade do Poder Executivo quanto à execução das ações sociais.
- (E) com prioridade relativa, uma vez que pode deixar de ser praticado em razão do uso de verba pública na área da saúde em prol de toda a população.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Quando a Administração Pública deixa de observar a proporcionalidade entre os meios de que se utiliza e os fins a que se destina, estará desrespeitando o princípio da

- (A) supremacia do interesse público.
- (B) moralidade.
- (C) finalidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) razoabilidade.

32. Em relação às entidades da Administração Pública indireta, pode-se afirmar como correto que

- (A) os atos da autoridade autárquica têm natureza de ato administrativo.
- (B) as empresas prestadoras de serviços públicos não ficam sujeitas à intervenção, no caso de estado de sítio.
- (C) o controle estatal externo é exercido pelo Poder Executivo.
- (D) o patrimônio da empresa pública é sempre insuscetível de penhora.
- (E) as autoridades das entidades da Administração Indireta não podem ser tidas como coatoras para fins de mandado de segurança.

33. Toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigação ao administrado ou a si própria, corresponde à definição de

- (A) fato jurídico.
- (B) poder normativo.
- (C) poder hierárquico.
- (D) ato administrativo.
- (E) fato normativo.

34. Pode-se apontar como um dos requisitos, dentre outros, dos atos administrativos,

- (A) a discricionariedade.
- (B) o motivo.
- (C) o caráter normativo.
- (D) a vinculação.
- (E) a faculdade.

35. Diz-se que os atos administrativos são vinculados quando

- (A) o administrador público os pratica ultrapassando os limites regradados pelo sistema jurídico vigente.
- (B) a lei estabelece várias situações passíveis de apreciação subjetiva pela autoridade competente.
- (C) a autoridade competente deixa de observar dispositivo constitucional obrigatório, quando deveria fazê-lo.
- (D) observam corretamente os princípios constitucionais da moralidade administrativa.
- (E) a lei estabelece que, diante de determinados requisitos, a Administração deve agir de forma determinada.

36. As instruções, as circulares, as portarias, as ordens de serviço são exemplos de atos administrativos

- (A) enunciativos.
- (B) normativos.
- (C) ordinatórios.
- (D) compostos.
- (E) negociais.

37. A edição de um ato administrativo contrário ao sistema jurídico vigente é passível de
- (A) anulação pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, respeitados os direitos adquiridos e os terceiros de boa-fé.
 - (B) convalidação pelo Poder Judiciário por razões de ilegalidade.
 - (C) revogação pelo Poder Judiciário por razões de conveniência e oportunidade.
 - (D) convalidação pelo Poder Judiciário para respeitar os direitos adquiridos e os terceiros de boa-fé ou não.
 - (E) anulação pela Administração Pública ou revogação pelo Poder Judiciário.
38. Quando cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios editar normas complementares à lei, para sua fiel execução, tem-se um procedimento que está enquadrado no regular exercício do seu poder
- (A) regulamentar.
 - (B) discricionário.
 - (C) disciplinar.
 - (D) normativo.
 - (E) hierárquico.
39. Um agente público que pratica um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, está sujeito a várias penalidades, dentre elas a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, que só poderão ser efetivadas
- (A) após o encerramento da fase probatória.
 - (B) após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - (C) após a denúncia concreta.
 - (D) em qualquer fase do processo administrativo.
 - (E) de imediato.
40. Com relação ao controle externo e interno da Administração Pública, pode-se afirmar como correto que
- (A) o controle de mérito e de legalidade exercido pela Administração Pública sobre sua própria atividade independe de provocação da parte interessada.
 - (B) não compete ao Tribunal de Contas apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal das Fundações Públicas.
 - (C) compete ao Tribunal de Contas apreciar a legalidade dos atos de nomeação para cargo de provimento em comissão da Administração Indireta.
 - (D) o controle exercido pelo Tribunal de Contas alcança a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria de pessoal do Poder Legislativo.
 - (E) o controle judiciário dos atos administrativos é exercido pelo Poder Judiciário e pelo Tribunal de Contas.
41. Nos termos do que dispõe a Lei nº 9.826/74, em relação ao regime disciplinar, pode-se afirmar como correto que
- (A) se vários funcionários lotados em órgãos diversos do Poder Executivo, juntos praticarem ilícito administrativo, a competência para a apuração da responsabilidade será do Ministério Público.
 - (B) o ilícito de abandono de cargo e a respectiva punição prescrevem em 03 (três) anos.
 - (C) o exercício da legítima defesa é causa excludente de responsabilidade administrativa, ainda que haja excesso e desproporcionalidade na conduta do funcionário.
 - (D) o ilícito administrativo é punível quando comprovado que o seu resultado foi perturbador do serviço estadual.
 - (E) a apuração da responsabilidade funcional será feita através de sindicância ou de inquérito.
42. Segundo a Lei nº 12.124/93, o ato pelo qual o servidor nomeado assume formalmente as atribuições do cargo que lhe são atribuídas em Lei, denomina-se
- (A) reintegração.
 - (B) nomeação em comissão.
 - (C) posse funcional.
 - (D) exercício funcional.
 - (E) ascensão funcional.

43. Em virtude da seca que assola o país, considere a hipótese em que seja promulgada uma Lei Federal ordinária que estabeleça como crime o desperdício doloso ou culposo de água tratada, no período compreendido entre 01 de novembro de 2014 e 01 de março de 2015. Em virtude do encerramento da estiagem e volta à normalidade, não houve necessidade de edição de nova lei ou alteração no prazo estabelecido na citada legislação. Nessa hipótese, o indivíduo A que em 02 de março de 2015 estiver sendo acusado em um processo criminal por ter praticado o referido crime de “desperdício de água tratada”, durante o período de vigência da lei,
- (A) só poderá ser punido pelo crime de “desperdício de água tratada” se houver nova edição da lei no próximo período de seca.
- (B) poderá ser condenado pelo crime de “desperdício de água tratada”, no entanto esta condenação não poderá ser executada.
- (C) poderá ser condenado pelo crime de “desperdício de água tratada” ainda que o período indicado na lei que previu essa conduta esteja encerrado.
- (D) não poderá ser punido pelo crime de “desperdício de água tratada”.
- (E) só poderá ser punido pelo crime de “desobediência” em virtude de não mais subsistir o crime de “desperdício de água tratada”.
44. Nos termos do Código Penal e em relação à territorialidade, é correto afirmar que, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada
- (A) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e as embarcações estiverem em porto ou mar territorial do Brasil.
- (B) será aplicada a lei brasileira se as embarcações estiverem em porto brasileiro, mas é vedada a aplicação da lei brasileira se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
- (C) não se aplica a lei brasileira ao crime cometido a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, ainda que aquelas estejam em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- (D) será aplicada a lei brasileira se as aeronaves estiverem em pouso no território nacional, sendo vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente.
- (E) é vedada a aplicação da lei brasileira se as aeronaves estiverem em voo no espaço aéreo correspondente e se as embarcações estiverem em mar territorial do Brasil.
45. O indivíduo “B”, com intenção de matar a pessoa “D”, efetua dez disparos de arma de fogo em direção a um veículo que se encontra estacionado na via pública por imaginar que dentro desse veículo encontrava-se a pessoa “D”, contudo, não havia nenhuma pessoa no interior do veículo. Com relação à conduta praticada por “B”, é correto afirmar que
- (A) o indivíduo “B” poderá ser punido pelo crime de homicídio tentado, em virtude da interpretação extensiva do crime de homicídio em vista de sua intenção.
- (B) o indivíduo “B” poderá ser punido pelo crime de homicídio consumado, em virtude da interpretação extensiva do crime de homicídio.
- (C) o indivíduo “B” não poderá ser punido pelo crime de homicídio.
- (D) o indivíduo “B” poderá ser punido pelo crime de homicídio tentado, por analogia ao crime de homicídio em vista de sua intenção.
- (E) o indivíduo “B” poderá ser punido pelo crime de homicídio consumado, por analogia ao crime de homicídio em vista de sua intenção.
46. O indivíduo “B” descobre que a companhia aérea “X” é a que esteve envolvida no maior número de acidentes aéreos nos últimos anos. O indivíduo “B” então compra, regularmente, uma passagem aérea desta companhia e presenteia seu pai com esta passagem, pois tem interesse que ele morra para receber sua herança. O pai recebe a passagem e durante o respectivo voo ocorre um acidente aéreo que ocasiona sua morte. Diante dessas circunstâncias, é correto afirmar que
- (A) o indivíduo “B” será responsabilizado pelo crime de homicídio doloso se for demonstrado que o piloto do avião em que seu pai se encontrava agiu com culpa no acidente que o vitimou.
- (B) o indivíduo “B” será responsabilizado pelo crime de homicídio culposo, tendo em vista que sem a sua ação o resultado não teria ocorrido.
- (C) o indivíduo “B” será responsabilizado pelo crime de homicídio doloso, tendo em vista que sem a sua ação o resultado não teria ocorrido.
- (D) o indivíduo “B” será responsabilizado pelo crime de homicídio culposo se for demonstrado que o piloto do avião em que seu pai se encontrava agiu com culpa no acidente que o vitimou.
- (E) o indivíduo “B” não praticou e não poderá ser responsabilizado pelo crime de homicídio.

47. Nos termos do Código Penal considera-se causa do crime
- (A) a ação ou omissão praticada pelo autor, independentemente de qualquer causa superveniente.
 - (B) a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
 - (C) a ação ou omissão praticada pelo autor, independentemente da sua relação com o resultado.
 - (D) exclusivamente a ação ou omissão que mais contribui para o resultado.
 - (E) exclusivamente a ação ou omissão que mais se relaciona com a intenção do autor.
48. A previsão legal do Código Penal acerca do concurso formal de crimes dispõe que: “Quando o agente, _____, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é _____ e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos”.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, o enunciado.
- (A) mediante uma só ação ou omissão ... culposa
 - (B) mediante uma ou mais de uma ação ou omissão ... culposa
 - (C) mediante mais de uma ação ou omissão ... dolosa
 - (D) mediante uma só ação ou omissão ... dolosa
 - (E) mediante mais de uma ação ou omissão ... culposa
49. Com relação à legítima defesa, segundo o disposto no Código Penal, é correto afirmar que
- (A) o uso moderado dos meios necessários para repelir uma agressão consiste em um dos requisitos para caracterização da legítima defesa, ainda que essa agressão seja justa.
 - (B) um dos requisitos para sua caracterização consiste na necessidade que a injusta agressão seja atual e não apenas iminente.
 - (C) um dos requisitos para sua caracterização consiste na exigência de que a repulsa à injusta agressão seja realizada contra direito seu, tendo em vista que se for praticada contra o direito alheio estar-se-á diante de estado de necessidade.
 - (D) a legítima defesa não resta caracterizada se for praticada contra uma agressão justa, ainda que observados os demais requisitos para sua caracterização.
 - (E) considera-se em legítima defesa aquele que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
50. No tocante às disposições previstas no Código Penal relativas à culpabilidade, é correto afirmar que
- (A) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
 - (B) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, é punível o autor da coação ou da ordem tendo o autor do fato a pena diminuída de um a dois terços.
 - (C) o fato cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, não excluiu a culpabilidade do autor do fato.
 - (D) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, mesmo que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
 - (E) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, mesmo que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, é punível o autor da coação ou da ordem tendo o autor do fato a pena diminuída de um a dois terços.
51. Nos termos do Código Penal, a imputabilidade penal é excluída pela
- (A) emoção.
 - (B) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, que torna o autor, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - (C) embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, que privou o autor, ao tempo da ação ou da omissão, da plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - (D) embriaguez completa e culposa que torna o autor, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
 - (E) paixão.

- 52.** No que diz respeito ao concurso de pessoas, segundo as disposições previstas no Código Penal, é correto afirmar que
- (A) o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime, apesar de iniciada a execução, não chega a ser consumado.
 - (B) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
 - (C) não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo quando elementares do crime.
 - (D) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, independentemente se quis participar de crime menos grave.
 - (E) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- 53.** É um resultado que caracteriza o crime de lesão corporal de natureza grave, cuja pena é de reclusão de um a cinco anos:
- (A) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de vinte dias.
 - (B) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de quinze dias.
 - (C) aceleração de parto.
 - (D) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de dez dias.
 - (E) debilidade temporária de membro, sentido ou função.
- 54.** No que diz respeito aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar:
- (A) Aquele que se apropria de coisa alheia que veio ao seu poder por caso fortuito ou força da natureza não pratica crime previsto no Código Penal.
 - (B) Fraudar execução, alienando, desviando, destruindo ou danificando bens, ou simulando dívidas é crime de ação penal pública incondicionada.
 - (C) É isento de pena aquele que destruir coisa alheia em prejuízo de ascendente ou descendente, salvo se o parentesco for apenas civil.
 - (D) Comete o crime de esbulho possessório aquele que invade mediante concurso de mais de duas pessoas, ainda que sem violência ou grave ameaça, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.
 - (E) Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime típica o crime de receptação qualificada, ainda que o comércio seja irregular ou clandestino e desde que não seja exercido em residência.
- 55.** Com relação aos crimes contra a fé pública, é correto afirmar:
- (A) Aquele que apenas cede moedas falsas incorre nas mesmas penas previstas para aquele que as falsifica, fabricando-as ou alterando-as.
 - (B) Aquele que falsifica, no todo ou em parte, testamento particular pratica o crime de falsificação de documento particular.
 - (C) Aquele que falsifica, no todo ou em parte, cartão de crédito ou débito pratica o crime de falsificação de documento público.
 - (D) Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante configura crime diverso daquele que insere ou faz inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita naqueles documentos e demais condições.
 - (E) A pena prevista para aquele que destrói documento público é a mesma prevista para aquele que destrói documento particular de que não podia dispor, desde que ambas sejam praticadas em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio.
- 56.** De acordo com o texto constitucional, a prática do racismo constitui crime
- (A) inafiançável, prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
 - (B) inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça ou anistia e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
 - (C) inafiançável, imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
 - (D) inafiançável, imprescritível, insuscetível de anistia e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
 - (E) inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça e sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

- 57.** A respeito do inquérito policial, procedimento disciplinado pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar que
- (A) ao término do inquérito, a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao membro do ministério público, nos termos do § 1º do artigo 10.
 - (B) o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
 - (C) nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito, independentemente de requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
 - (D) o inquérito não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.
 - (E) os instrumentos do crime não acompanharão os autos do inquérito.
- 58.** O ato de indiciamento
- (A) é, em regra, atribuição do delegado de polícia; excepcionalmente tal poder poderá ser conferido ao promotor de justiça.
 - (B) vincula o Ministério Público, que não poderá requerer o arquivamento do inquérito.
 - (C) é um ato informal eventualmente realizado durante o inquérito policial.
 - (D) decorre do fato de a autoridade policial convencer-se da autoria da infração penal, atribuída a determinado(s) indivíduo(s).
 - (E) transforma o indivíduo suspeito da prática do delito em acusado.
- 59.** Sobre os prazos para a conclusão do inquérito policial, é correto afirmar que
- (A) nos crimes de competência da Justiça Federal, o prazo é de quinze dias, prorrogáveis por mais quinze, em regra.
 - (B) a autoridade policial possui o prazo de trinta dias improrrogáveis para todos os casos previstos na legislação processual penal.
 - (C) se o indiciado estava solto ao ser decretada sua prisão preventiva, o prazo de dez dias conta-se da data da decretação da prisão.
 - (D) se for decretada prisão temporária em crime hediondo, o indiciado pode permanecer preso por até noventa dias, sem que seja necessária a conclusão do inquérito.
 - (E) para os crimes de tráfico de drogas o prazo é de dez dias improrrogáveis.
- 60.** O princípio que rege a atividade probatória – o qual consiste em exigir que o juiz tenha contato direto com as provas de que se valerá para decidir, sendo, em regra, inválida a prova produzida sem a presença do magistrado – é denominado
- (A) Princípio da concentração.
 - (B) Princípio da investigação.
 - (C) Princípio da imediação ou imediatidade.
 - (D) Princípio da identidade física do juiz.
 - (E) Princípio da comunhão dos meios de prova.
- 61.** Nos termos do artigo 159 do Código de Processo Penal, o exame de corpo de delito e outras perícias serão, em regra, feitos por
- (A) peritos não oficiais.
 - (B) dois peritos oficiais.
 - (C) um perito não oficial, portador de diploma do curso de Direito.
 - (D) um perito não oficial, portador de diploma do curso de Engenharia.
 - (E) um perito oficial, portador de diploma de curso superior.
- 62.** Assinale a alternativa correta a respeito do tema “documentos de prova”, previsto no Código de Processo Penal.
- (A) A lei não confere o mesmo valor do original à fotografia do documento, ainda que devidamente autenticada.
 - (B) A letra e firma dos documentos particulares serão submetidas a exame pericial, quando contestada a sua autenticidade.
 - (C) As públicas-formas terão valor quando conferidas com o original por qualquer funcionário público, ainda que ausente a autoridade.
 - (D) As partes sempre podem apresentar documentos em qualquer fase do processo.
 - (E) Os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, serão sempre traduzidos por tradutor público.

- 63.** Código de Processo Penal, artigo 239: “Considere-se _____ a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por _____, concluir-se a existência de outra ou outras _____”.
- Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do enunciado.
- (A) indício ... dedução ... autorias
 - (B) contraindício ... indução ... autorias
 - (C) indício ... indução ... circunstâncias
 - (D) indício ... dedução ... circunstâncias
 - (E) contraindício ... indução ... circunstâncias
- 64.** Nos termos do Código de Processo Penal, artigo 244, a busca pessoal
- (A) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de medida determinada no curso de busca domiciliar.
 - (B) dependerá de mandado da autoridade policial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.
 - (C) não dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de prisão em flagrante.
 - (D) sempre dependerá de mandado da autoridade judicial competente.
 - (E) dependerá de mandado da autoridade judicial competente, em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida.
- 65.** O indivíduo “A”, que coloca dolosamente sua carteira na mochila de “B”, para logo em seguida acionar a polícia, sob a alegação de haver sido furtado por “B”; tendo os policiais encontrado a carteira de “A” no interior da mochila de “B”, “B” é preso em flagrante pela prática de crime. A hipótese ora narrada é, pela doutrina, denominada flagrante
- (A) provocado ou preparado.
 - (B) retardado ou diferido.
 - (C) presumido ou ficto.
 - (D) forjado.
 - (E) esperado.
- 66.** É admitida a decretação da prisão preventiva de indivíduo primário, civilmente identificado, pela prática de
- (A) crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a dois anos.
 - (B) crime culposo punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
 - (C) quaisquer crimes dolosos punidos com detenção.
 - (D) quaisquer crimes culposos punidos com reclusão.
 - (E) crime que envolve violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- 67.** Sobre o instituto da prisão temporária, é correto afirmar que
- (A) não é cabível sua decretação em crimes hediondos.
 - (B) a lei faculta a separação dos presos temporários dos demais detentos.
 - (C) haverá, sempre que possível, um plantão permanente diurno do Poder Judiciário e do Ministério Público para apreciação dos pedidos de prisão temporária, nas comarcas e seções judiciárias.
 - (D) é cabível sua decretação em alguns crimes culposos.
 - (E) é cabível sua decretação em crimes de roubo.
- 68.** Constituição da República, artigo 5º, inciso XLV: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.
- O dispositivo constitucional ora transcrito refere-se a um dos princípios denominado
- (A) Princípio da intranscendência.
 - (B) Princípio do privilégio contra a autoincriminação.
 - (C) Princípio do devido processo legal.
 - (D) Princípio da correlação.
 - (E) Princípio da oficiosidade ou do impulso oficial.

69. Sobre o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), está correto afirmar que

- (A) o crime de disparo de arma de fogo previsto no artigo 15 do Estatuto admite tanto a conduta dolosa (disparo proposital), como culposa (disparo acidental).
- (B) o artigo 14 do Estatuto do Desarmamento dispõe sobre o porte de arma de fogo de *uso permitido* e o artigo 16 da mesma lei dispõe sobre o porte de arma de fogo de *uso restrito*.
- (C) o Estatuto do Desarmamento não pune o porte ou a posse de acessório ou munição para armas de fogo.
- (D) o Estatuto do Desarmamento só regula condutas envolvendo armas de fogo de uso permitido.
- (E) a posse e guarda de arma de fogo no interior da residência ou no local de trabalho é autorizada, desde que a arma de fogo seja de uso permitido.

70. Populares avisaram a polícia que **João e José**, embriagados, discutiam na via pública. Avistados e abordados, os policiais verificaram que nenhum dos dois traziam quaisquer documentos, além de terem localizado na cintura de **João** uma arma de fogo e sob as vestes de **José** uma faca. Nesse contexto, competem aos policiais

- (A) prender **João e José** em flagrante delito por tentativa de homicídio, considerando o porte de arma de fogo e a faca, ambos objetos letais.
- (B) conduzir **João e José** para a Delegacia de Polícia para responderem pela contravenção penal de perturbação de sossego.
- (C) depois de comprovar a identidade de **João e José** e verificando que eles não usavam, no momento da discussão, a arma de fogo e a faca que traziam (respectivamente), liberá-los da abordagem.
- (D) conduzir os dois para a Delegacia de Polícia; **José** para responder pela contravenção penal de porte de arma branca, e **João** porque foi preso em flagrante delito por porte ilegal de arma de fogo.
- (E) conduzir **João e José** para a Delegacia de Polícia, pois praticaram crime de tentativa de lesão corporal (mútua).

71. Sobre a Lei nº 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), é correto afirmar que

- (A) as penas dos crimes hediondos são fixadas em regime integralmente fechado.
- (B) em relação ao crime de homicídio, com exceção do homicídio culposo, todas as demais formas são consideradas crimes hediondos.
- (C) o tráfico de drogas, o roubo – desde que praticado com emprego de arma de fogo e com restrição à liberdade da vítima – e o estupro são considerados crimes hediondos.
- (D) o latrocínio (artigo 157, parágrafo 3º, CP), na sua forma tentada (e não consumada), não configura crime hediondo.
- (E) para obter progressão de regime, os condenados por crime hediondo, se reincidentes, devem cumprir ao menos 3/5 da pena.

72. Sobre a Lei nº 9.455/97, que dispõe sobre a TORTURA, é correto afirmar que

- (A) privar de alimentos pessoa sob sua guarda, poder ou autoridade é uma das formas de tortura previstas na lei, na modalidade “tortura-castigo”.
- (B) se o agente tortura a vítima para com ele praticar um roubo, responderá por crime único, qual seja, o crime de roubo, por este ter penas maiores.
- (C) quando o sujeito ativo do crime de tortura for *agente público*, as penas são aumentadas de um sexto a um terço.
- (D) os casos de tortura *com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa e para provocar ação ou omissão de natureza criminosa*, o crime somente se consuma quando o agente obtém o resultado almejado.
- (E) o crime de tortura é próprio, uma vez que só pode ser cometido por policiais civis ou militares.

73. Sobre a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), está correto afirmar:

- (A) Segundo o artigo 82 do ECA, somente será admitida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, se acompanhado pelos pais ou responsável.
- (B) Considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade, não se aplicando, em nenhuma hipótese o ECA às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- (C) Tanto à criança como ao adolescente pode ser aplicada medida socioeducativa consistente na internação.
- (D) A venda de produtos que podem causar dependência física ou psíquica para criança ou adolescente somente configura crime se houver a ingestão do produto.
- (E) A apreensão de criança ou adolescente de sua liberdade, sem que ela esteja em flagrante de ato infracional ou sem ordem escrita da autoridade judiciária competente, constitui crime punido com pena de seis meses a dois anos de detenção.

74. Analise as assertivas a seguir, assinalando a única correta.

- (A) O agente que é surpreendido por policiais dirigindo seu veículo sem habilitação, comete o crime do artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro, considerando os riscos (perigos) que esta conduta pode gerar.
- (B) A venda de ingressos de evento esportivo por preço superior ao estampado no bilhete é infração administrativa prevista no Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003), punida com multa e perdimento dos bilhetes apreendidos com o infrator.
- (C) As proteções previstas na Lei nº 9.807/99 (programa de proteção à testemunha) são pessoais, não podendo, em qualquer hipótese, ser estendidas aos familiares da vítima ou da testemunha.
- (D) De acordo com a Lei nº 12.037/09, a identificação criminal compreende impressões datiloscópicas, fotografias e material biológico, este último somente colhido por ordem judicial.
- (E) O filho que saca valores da conta corrente da sua mãe aposentada e idosa, para satisfazer seus desejos de consumo, em razão dos laços familiares (conduta praticada por ascendente), não comete crime, conforme o Estatuto do Idoso.

75. Sobre a Lei nº 12.850/2013 (combate às organizações criminosas), está correto afirmar que

- (A) a participação de policial nos crimes de que trata essa lei será investigada em inquérito policial instaurado pela Corregedoria de Polícia e acompanhado por membro específico designado pelo Ministério Público até sua conclusão.
- (B) a *colaboração premiada*, de acordo com o artigo 4º, prevê redução da pena corporal ao agente ou substituição da pena corporal por restritiva de direitos, não contemplando em nenhuma hipótese, o perdão judicial.
- (C) para sua aplicação, dentre outros requisitos, exige-se a associação de *três pessoas* para a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a três anos quando não tiverem caráter transnacional.
- (D) a interceptação telefônica e a infiltração de agentes somente serão admitidas após iniciada a ação penal.
- (E) a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação dependerá de autorização do Delegado de Polícia, que estabelecerá seus limites.

76. Sobre a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96), está correto afirmar:

- (A) Sendo infrutífera a interceptação de conversas telefônicas, ao final do prazo, a autoridade policial arquivará o material gravado, comunicando o juiz apenas do resultado negativo da interceptação.
- (B) As interceptações das comunicações telefônicas são admitidas como meio de prova para qualquer crime.
- (C) A interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial, por parte do agente policial, constituiu apenas infração administrativa, nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.296/96.
- (D) As interceptações telefônicas, no curso das investigações, dependem da ordem da Autoridade Policial e no curso da ação penal dependem de ordem judicial.
- (E) A conversa telefônica gravada por um dos interlocutores não caracteriza crime, não estando, portanto, sujeito às disposições da Lei nº 9.296/96.

77. Sobre o Código de Trânsito Brasileiro, está correto afirmar que
- (A) o crime do artigo 311 exige perigo de dano para a conduta de trafegar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas.
 - (B) a conduta de violar ordem de suspensão para dirigir veículo automotor é punida, administrativamente, com nova suspensão.
 - (C) a punição da conduta de participação em racha (artigo 308), está condicionada à ocorrência de acidente.
 - (D) a conduta de entregar a direção de veículo automotor à pessoa não habilitada é punida, administrativamente, com suspensão do direito de dirigir pelo prazo previsto em lei.
 - (E) o agente que deixa de prestar socorro à vítima em acidente de trânsito fica isento de pena, quando essa omissão for suprida por terceiros.
78. Sobre os Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95), pode-se afirmar que
- (A) será instaurado o termo circunstanciado pela autoridade policial, após a notícia de infração de menor potencial ofensivo, inclusive quando se tratar de crime militar.
 - (B) não será preso em flagrante e tampouco estará obrigado a recolher fiança o autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer.
 - (C) não poderá ser processado pelos juizados especiais criminais o autor do fato, se portador de antecedentes criminais.
 - (D) os delitos cuja pena máxima não seja superior a dois anos – excluindo-se daí as contravenções penais – por serem infrações de menor potencial ofensivo, são de competência dos juizados especiais criminais.
 - (E) são competentes para o processamento e julgamento das infrações de menor potencial ofensivo a delegacia e o fórum do local da residência da vítima.
79. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como “Lei Maria da Penha”, estabelece que
- (A) em nenhuma hipótese o *sujeito ativo* dos crimes previstos nessa Lei poderá ser uma *mulher*.
 - (B) em qualquer fase do inquérito policial ou da ação penal cabe prisão preventiva contra o agressor.
 - (C) se o agressor comprovar que é o proprietário da residência conjugal, não poderá ser determinado o seu afastamento do lar.
 - (D) para efeito dessa Lei são formas de violência a física e a sexual.
 - (E) na ocorrência de uma briga (com agressão física) entre vizinhos, desde que envolvendo um homem e uma mulher e com residências próximas, aplicam-se as disposições da Lei Maria da Penha.
80. A Lei nº 11.343/06 (Drogas) estabelece que
- (A) o agente que oferece drogas de forma gratuita para terceiro consumir, não pratica o crime do artigo 33 dessa Lei, o qual exige lucro.
 - (B) o artigo 28 dessa Lei não mais prevê pena corporal para o usuário de drogas e não mais considera crime a conduta de quem é surpreendido usando drogas.
 - (C) o agente primário, de bons antecedentes e que não integre organizações criminosas e nem se dedique a atividades criminosas, condenado por tráfico de drogas, poderá ter sua pena reduzida até 2/3.
 - (D) a conduta daquele que semeia ou cultiva plantas que constituam matéria prima para a preparação de drogas, sem autorização legal, não caracteriza crime regulado por essa Lei, mas sim crime ambiental.
 - (E) o crime de associação para o tráfico de drogas exige a presença de pelo menos quatro agentes, podendo haver, dentre eles, menores de idade.

